

O JUDICIÁRIO BRASILEIRO E AS PROPOSTAS DE UM NOVO MODELO

SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça,
Professor e Diretor da Escola Nacional da Magistratura*

1. O Judiciário e sua transformação sob a perspectiva da História.

Encontra-se atualmente o Judiciário no centro das discussões, travadas não só entre os chamados “operadores do Direito”, mas também a envolver pensadores, Universidade, governantes e jurisdicionados, fenômeno, diga-se de passagem, que assume proporções mundiais, não se circunscrevendo a esse ou aquele país. Nesse momento, quando todos se mostram preocupados com sua ineficiência, buscando detectar as causas de suas deficiências e, sobretudo, encontrar soluções que as possam corrigir, principalmente pela indispensabilidade, cada vez maior, da sua presença no mundo contemporâneo, tenho por oportuna a observação preliminar de que o Judiciário, que até a segunda metade do século XVIII vinha tendo pálida atuação no plano civilizatório, hoje vive seu segundo grande momento no plano histórico.

Com efeito, se somente após a Revolução Francesa e a Declaração da Independência dos Estados Unidos, ressalvadas tímidas exceções, como na Inglaterra, ganhou o Judiciário *status* de Poder, e mesmo assim com fortes restrições, inclusive nas Constituições francesas deste século, não menos verdadeiro é que nesta mudança de século e milênio está ele a assumir postura ainda mais relevante,



colocando-se como guardião da cidadania e, via de consequência, da própria sociedade, perfil que lhe dão as próprias leis básicas, a exemplo da Constituição brasileira de 1988, que capitaneia, entre nós, um rico acervo de leis de grande expressão social, quer em relação ao direito material, quer no que tange ao direito instrumental.

Sua influência e imprescindibilidade ganham expressão tão significativa, - refletida nos noticiários da mídia, que até pouco tempo o desdenhavam -, que os próprios condutores da economia mundial hoje não se esquivam em dizer que a reforma do Judiciário, em termos globais, passou a ser prioritária e indispensável, sob pena de frustrar-se o próprio prosseguimento da reforma econômica. Influência, aduzase, que, indo além, preocupa os detentores do Poder estatal até mesmo nas Nações mais ricas e desenvolvidas, sujeitos, sob o amparo do *due process of law*, às decisões dos tribunais como qualquer cidadão comum.

2. O quadro atual

O que se põe como paradoxal, todavia, é que, ao lado desse posicionamento ascendente, também cresce o inconformismo com a sua atuação, no dorso do qual estão as justas críticas à sua morosidade (que, juntamente com a violação da independência judicial, foram as duas vertentes principais da 41ª Reunião da “União Internacional dos Magistrados”, realizada no Porto, em 8/98) e, em países como o Brasil, também à impunidade penal.

Esse quadro talvez encontre explicação razoável, em uma visão macroscópica, na crise que se descortina, em nível mundial, notadamente na saúde, na educação e na segurança, crise de governo

e também de Estado, com questionamentos sobre o próprio modelo de organização social, dos regimes, sistemas e formas de governar.

Em uma sociedade de massa, complexa, competitiva e altamente veloz, a engrenagem estatal já não satisfaz. O Judiciário, nesse contexto, por suas características e dependência orçamentária, que se aliam a um modelo desprovido de modernidade e sem planejamento eficaz, reflete ainda com mais eloquência esse distanciamento, apresentando-se como uma máquina pesada e hermética, sem as desejáveis dinâmicas, transparência e atualidade.

Dessa moldura se conclui, sem maiores esforços, que no Brasil há uma nítida distinção entre o Judiciário que a sociedade reclama, e todos desejamos, e o Judiciário que aí está posto, que a todos descontenta, inclusive, e sobretudo, a nós juízes, que dele somos reféns e em quem acabam por recair as críticas generalizadas, desconhecendo os jurisdicionados a real dimensão da problemática, quando temos 1(um) juiz para cada 25 a 29 mil habitantes(a média, na Europa, é de 1 para 7.000), quando o Supremo Tribunal Federal julga mais de 40.000(quarenta mil) processos por ano(enquanto a Suprema Corte dos Estados Unidos julga menos de 100(cem) causas em igual período) e o Superior Tribunal de Justiça mais de 100.000(cem mil), números de longe sem similar no plano internacional, sendo de acrescentar que igualmente supercongestionadas estão as instâncias ordinárias.

Há, porém, uma outra vertente nesse quadro, a envolver Judiciário e juízes.

À proporção em que os debates se aprofundam, e as sociedades mais evoluídas do nosso tempo passam a compreender melhor a participação judicial, os poderosos se vêem incomodados, gerando aceso debate, que via de regra se centraliza sob o *standard* “politização dos juízes” e sob a reivindicação de um maior controle sobre estes, sob o manto de um Conselho Superior, esquecidos os mais afoitos que tal órgão, a exemplo do que se deu na Itália e em outros países europeus, nasceu exatamente para resguardar a independência dos juízes contra o autoritarismo e a prepotência dos eventuais detentores do Poder.

Estatística recente realizada na França (“Le Point”, nº 1.356, 12.9.98, Paris), a espelhar essa realidade européia, mostra que, contra apenas 25%(vinte e cinco por cento) dos que têm imagem negativa, 60%(sessenta por cento) dos franceses têm imagem favorável dos juízes, percentual que se eleva a 75%(setenta e cinco por cento) entre os mais jovens, o que é digno de registro quando se recorda o sensacionalismo emocional e distorcido da mídia e a veiculação inadequada da palavra “Justiça”, que no noticiário via de regra agrupa fatos negativos vinculados a crimes os mais variados, a deficiências carcerárias, a subornos, à violência urbana e a toda espécie de violação de direitos humanos.

3. A postura omissa do Judiciário

Sofre o Judiciário, como se vê, não só as conseqüências da crise de Estado do nosso tempo, dos ataques dos inconformados com a mudança de rumo imposta pela sociedade atual e até mesmo com a distorção da sua imagem, a tudo assistindo passivamente, panorama no qual é exceção o ativismo crescente das associações de classe, cujo

papel tem se mostrado relevante na aproximação com a comunidade, do que são exemplos as conquistas de cunho constitucional e até mesmo os títulos de seus eventos e das publicações que editam.

Justificando suas deficiências com a escassez de recursos materiais e com a incompreensão dos ocupantes do Poder, o Judiciário no Brasil, talvez esquecido de que também é governo, pouco tem feito de efetivo para transformar o quadro em que se insere, em posição cômoda e irreal, quando notórias são as falhas que poderiam ser superadas com determinação e criatividade.

Além do vazio de poder que se reflete na multiplicidade de vozes que “acham” isso e aquilo, enquanto a própria sociedade não sabe o que pensa e quer o Judiciário, qual o modelo que ele deseja e que alternativas oferece (felizmente, a par dos esforços que vem realizando o Ministro Pádua Ribeiro, na presidência do Superior Tribunal de Justiça, o Ministro Carlos Mário Velloso, ao assumir recentemente a presidência do Supremo Tribunal Federal, com sua reconhecida determinação, já deu demonstração de que deseja mudar esse panorama), vê-se que, não obstante a extraordinária evolução que está ocorrendo em todo o mundo, a propósito da seleção, formação e aperfeiçoamento dos juízes, até hoje o Brasil não conta com uma escola judicial institucionalizada de âmbito nacional, o que ganha maior destaque quando se sabe que os estudiosos têm apontado tais escolas como o maior fenômeno positivo surgido no Judiciário nesta segunda metade do século XX.

E não poderia ser diferente. Se o Judiciário se torna essencial à convivência social, se o seu papel será cada vez mais importante no próximo século, somente com juízes à altura dessa

missão teremos o Judiciário que se pretende e com o qual todos sonhamos. Destarte, sobretudo quando cada vez mais jovens são os novos juízes (sabido que a falta de experiência dos mesmos pode ser perfeitamente suprida pelas escolas judiciais) no mundo do *Civil Law*, quando os sistemas jurídicos passam por profundas mudanças legislativas e uma nova mentalidade se reclama, torna-se imprescindível a adoção de boas escolas, nos moldes das ricas e admiráveis experiências que o mundo civilizado vem presenciando.

De igual intensidade, outrossim, é a ausência de um órgão nacional de planejamento, que poderia ser agregado à própria escola. Órgão com funcionamento permanente, dotado de estrutura leve e eficiente, no qual o “achismo” seria substituído pela pluralidade de idéias e manifestações, onde as experiências bem sucedidas poderiam florescer e seria uma constante o diálogo com a comunidade, com os dirigentes, com os mais experientes e com as inteligências mais lúcidas e privilegiadas, onde se formulariam alternativas para o bom funcionamento e para a própria política judiciária em seu sentido mais nobre, a pensar e repensar o Judiciário como órgão estatal a serviço da Nação e da cidadania.

4. As propostas da Comissão da Câmara dos Deputados

Paradoxalmente alavancada por uma CPI manifestamente inconstitucional, a reforma do Judiciário, há tantos anos aguardada pela sociedade brasileira, e especialmente pelos juízes e advogados, parece que finalmente deixa o “berço esplêndido”, em que se encontrava no Congresso, e toma os trilhos.

Aí estão as propostas da Comissão da Câmara. Algumas discutíveis, outras indubitavelmente equivocadas, outras, em sua maioria, dignas de apoio, especialmente se submetidas a pequenas e necessárias cirurgias.

Dentre as criticáveis, estão:

- a) a da limitação temporal das liminares, cautelares e decisões antecipatórias (bastaria atentar para as más consequências no plano do direito privado);
- b) – a da extinção *tout court* da Justiça Laboral, em lugar de imprimir-lhe profunda modernização, com a extinção dos classistas, a redução dos Tribunais Regionais e a adoção de procedimentos mais ágeis;
- c) – a sugerida formatação do Conselho Nacional de Justiça, que desagrada a gregos e troianos, notadamente pelo ineficiente modelo adotado e pela sua composição;
- d) a não previsão explícita de um órgão de planejamento permanente do Judiciário, a ocupar-se de formular o Judiciário que a sociedade aspira, elaborar anteprojetos de leis, vias alternativas e novas técnicas de julgamento e gerenciamento;
- e) – a timidez em purificar o sistema constitucional, distribuindo melhor as competências;
- f) a perda da oportunidade de prestigiar e aprimorar a primeira instância;
- g) – a reduzida ênfase à valorização do merecimento quanto ao acesso na carreira.

Por outro lado, todavia, reconforta saber que muitos outros aspectos estão a receber atenção. Assim, exemplificando, poderiam ser enumerados:

- a)** – a criação de um Conselho Nacional de Justiça, sem embargo do deficiente modelo sugerido;
- b)** – a adoção de uma escola nacional de formação e aperfeiçoamento dos magistrados, vinculada ao Superior Tribunal de Justiça;
- c)** – a previsão do número de juízes em correspondência com a efetiva demanda judicial;
- d)** – a introdução de mecanismos, como o *certiorari*, para a limitação do número de recursos no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, em que pese a pouca nitidez da redação adotada;
- e)** – o combate ao nepotismo em todos os Poderes e a adoção da quarentena para advogados, juízes e membros do Ministério Público;
- f)** – a redução do número de ministros do Superior Tribunal Militar, Corte de reduzida produção;
- g)** a exclusão de Ministros do Supremo Tribunal Federal do Tribunal Superior Eleitoral, embora contraditória a permanência de um deles para presidir aquela alta Corte;
- h)** – a valorização da Defensoria Pública;
- i)** – a oxigenização do órgão especial dos tribunais, mesclando o critério da antiguidade com o da escolha via eleição;

- j) – a previsão de câmaras de férias, há tanto tempo já adotadas, e com sucesso, em alguns Estados;
- k) – a imediata distribuição dos processos nos tribunais;
- l) – a fixação de prazo para o Executivo exercer a escolha de candidatos em lista;
- m) – a previsão da OAB e do Ministério Público oficiarem junto ao Conselho Nacional de Justiça;
- n) – o enfrentamento da tormentosa questão das causas repetitivas (“demandas múltiplas”), não obstante se possa aperfeiçoar o sistema proposto;
- o) - a perda do cargo também por ato do Conselho Nacional de Justiça nos casos de negligência contumaz no cumprimento dos deveres do cargo e de procedimento incompatível com o decoro das funções;
- p) – a preocupação em “promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional”.

Como se nota, há um grande número de boas sugestões apresentadas pela Comissão, algumas reclamando apenas pequenos retoques ou correções.

5. Conclusão

A transformação do Judiciário brasileiro é tarefa complexa e difícil, especialmente porque, além de interesses que eventualmente serão contrariados, os vícios e anomalias vêm de séculos. Mas é viável e

imperiosa. Se quisermos todos, poderemos realizá-la, com determinação e idealismo. A mesma determinação e o mesmo idealismo que de tempos em tempos têm mudado os horizontes do mundo em que vivemos.